

A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA EM SALA DE AULA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Rita de Cássia Alves de Lima Silva¹
Valeska Douberin da Silva Milano²

RESUMO

A presente pesquisa traz alguns apontamentos sobre os meios de integração que foram disponibilizados para estudantes com alguma deficiência, afim de que os mesmos estudem atualmente em escolas de ensino regular. Para isso, foi realizado um apanhado sócio-histórico de modo conciso, onde buscamos os principais entraves sociais enfrentados para que as Pessoas Com Deficiência (PCD) alcançassem o direito ao ensino nas escolas regulares brasileiras. Com isso, objetivamos enfatizar a importância da inclusão social dentro do ambiente escolar sobretudo nas escolas regulares, haja vista que este pode ser considerado um fator primordial para que as PCD sejam acolhidas efetivamente diante do processo de ensino/aprendizagem. De modo específico, buscamos analisar as produções que tratam sobre o trabalho do professor de Educação Física nas práticas de inclusão em sala de aula. A metodologia usada para o desenvolvimento deste trabalho é de caráter bibliográfico e qualitativo, onde foram extraídas publicações das plataformas *Scielo* e *ResearchGate*. Através das análises, foi observado que existem múltiplos desafios relacionados à implementação efetiva da inclusão diante do processo de ensino e aprendizado nas escolas regulares, uma vez que o trabalho para as PCD requer transformações que devem acontecer progressivamente, seja através do uso de metodologias adaptadas pelos professores, ou até mesmo com a promoção de atitudes positivas por parte de toda a equipe que compõe o corpo escolar.

Palavras-chave: Educação Física. Escola Regular. Inclusão. Pessoas Com Deficiência.

INTRODUÇÃO

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, as demandas vinculadas à inclusão de alunos com deficiência tornaram-se uma realidade no ensino regular. Tal prerrogativa foi mantida e aperfeiçoada à *posteriori* com o sancionamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD – Lei nº 9.294/96), em 1996. Estas ocorrências trouxeram mais garantias para que inclusão dos alunos com deficiência dentro das escolas regulares pudesse ser implementada e difundida (ZANATA, 2016).

Dessa maneira, é possível perceber que há um quantitativo maior de estudantes com deficiência que está frequentando as escolas regulares, sendo esta uma condição que torna as escolas um espaço bastante diverso no contexto atual. Por isso, é cada vez mais comum que os profissionais atuantes nas escolas regulares estejam sempre em busca de meios para

¹ Licenciada em Letras – Português/Inglês e suas respectivas literaturas pela Universidade da Vitória de Santo Antão (UNIVISA); Pós-graduada em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE). E-mail: rita.alves.lima@outlook.com

² Licenciada em Educação Física pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO); Pós-graduada em Educação Especial pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), E-mail: douberinvalleska@gmail.com



proporcionar o ensino a partir de metodologias atualizadas e/ou adaptadas às necessidades do seu público-alvo (LOPES, 2018).

No entanto, a dimensão do alunado contempla uma escala muito ampla de heterogeneidade, sendo este um fator que acaba transcendendo a busca e até mesmo as possibilidades (financeiras e pessoais) as quais os profissionais podem alcançar a nível de formação continuada, envolvimento e planejamento didático. Logo, as teorias e normatizações vigentes estipulam que a escola inclusiva pode proporcionar o devido acolhimento com qualidade para o estudante com deficiência, valorizando as suas competências individuais; porém, as práticas cotidianas são desafiadoras, assim como reiteram Miranda *et al.* (2021):

A educação inclusiva vem “disfarçada” em diversas vertentes e deve ser cumprida. Ou seja, devem-se buscar formas de incluir nossos alunos nas mais diversas modalidades de ensino, já que um dos desafios da constituição de uma educação inclusiva consiste em romper com o preconceito, uma vez que a educação na nossa sociedade é baseada na ideia de que todos são iguais e devem ser tratados igualmente. (p. 95)

Ainda que as ações voltadas à inclusão tenham sido implementadas desde o século passado, atualmente ainda existem muitas dúvidas sobre a integração das Pessoas Com Deficiência (PCD) nas escolas regulares, pois, muitas vezes, este espaço que idealmente é caracterizado como um local de acolhimento, torna-se um ambiente de incertezas, tanto para os alunos com deficiência quanto para as pessoas que de fato precisariam estar preparadas: os professores e toda a equipe que compõe as demais áreas do contexto escolar (LOPES, 2018).

Dentre os profissionais responsáveis pela inclusão de alunos com deficiência, situam-se os professores de Educação Física, que conforme Neto *et al.* (2020), possuem o desafio de:

[...] contribuir para tornar os alunos indivíduos mais críticos, reflexivos e participativos, possibilitando a visão equivocada que pessoas com deficiência são incapazes de realizar prática de atividades desportivas, pois devemos considerar uma educação que destaque os aspectos afetivos, cognitivos e sociais. (p. 7).

Mediante essas circunstâncias, compreendemos que é importante observar como a inclusão dos estudantes com deficiência está sendo realizada no contexto escolar, especificamente pelos professores de Educação Física. Esta conjectura parte de um apanhado teórico acerca deste tema, cujo objetivo geral é analisar as produções bibliográficas atuais que tratam sobre as metodologias que vem sendo usadas por professores de Educação Física para promover a inclusão em escolas regulares. De maneira específica, e buscando para facilitar a



compreensão sobre a temática, traremos um resumido levantamento sócio-histórico acerca da educação inclusiva bem como da sua efetivação nas escolas regulares.

METODOLOGIA

A pesquisa foi organizada seguindo dois vieses metodológicos, sendo a primeira parte destinada a uma análise bibliográfica, onde foi feita uma breve abordagem sócio-histórica acerca do tema, visando uma melhor compreensão sobre a inclusão nas escolas regulares brasileiras; a segunda parte do trabalho é voltada a um estudo qualitativo, que foi realizado a partir da seleção de estudos completos que foram publicados entre os anos de 2016 à 2023, cujos indicadores de busca envolvem as palavras-chave: “Educação Física”, “Escola “Regular” e “Inclusão”. Os trabalhos escolhidos para a nossa revisão foram extraídos das plataformas *Scielo* e *ResearchGate.*, perfazendo um total de quatro (4) estudos.

REFERENCIAL TEÓRICO

SÍNTESE HISTÓRICA ACERCA DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Durante o século XIX, são identificadas algumas iniciativas em busca de uma articulação que traga uma política com propostas direcionada ao bem-estar de alunos que estão inseridos na Educação Especial. Neste mesmo período, são fundadas a sociedade Pestalozzi do Brasil e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que foram instituídas em função do despreparo que era evidenciado por parte da escola pública no tocante ao atendimento aos alunos com necessidades especiais. Com isso, na década de 1930 é dado início efetivo aos moldes voltados à educação escolar para pessoas com necessidades especiais, mesmo que esses indivíduos ainda não estivessem inseridos nas salas de aula do ensino regular (DE SOUSA, 2019).

No ano de 1977 foi criada a política de Educação Especial, em conformidade com os direcionamentos ofertados pelo Ministério da Educação (MEC), que indicavam a formação de escolas especiais, onde os alunos com deficiência deveriam participar de aulas em classes especiais nas redes de ensino. Desse modo, foram adotadas medidas médico-psicológicas para o diagnóstico desse alunado, e, a partir disso, a Educação Especial passou a integrar a categoria de ensino exclusiva aos estudantes que possuíam laudos que comprovavam as suas necessidades especiais (SANTOS, 2021).



Sob uma perspectiva voltada à comparação histórica, as ações de inclusão para as Pessoas Com Deficiência (PCD) podem ser caracterizadas como uma prática recente. Isso porque, somente em 1988, a Constituição Federal brasileira trouxe diretrizes que direcionaram um olhar para as necessidades educativas de jovens com deficiência, proporcionando meios constitucionais que começaram a respaldar a integração desses alunos. Neste sentido, o Art. 206, inciso III do referido documento reconhece que o Estado deve garantir a assistência educacional especializada aos portadores de deficiência, e esta deve ser prestada, preferencialmente, nas instituições de ensino regular (BRASIL, 1988). Até então, as práticas discriminatórias eram latentes com as PCD, sobretudo nas instituições de ensino, onde o direito à escolarização era majoritariamente destinado a um grupo seletivo da sociedade, marcado por um perfil de pessoas homogêneas. Aqueles que não se encaixavam a esse grupo, ficavam à margem do processo de ensino.

Depois de muitos anos inseridos no contexto de plena exclusão e abandono, alguns órgãos demonstraram interesse à causa, e, com isso, são fundados institutos de amparo às PCD; todavia, De Sousa (2019) esclarece que essas instituições, em sua maioria, tinham um perfil direcionado para as pessoas com deficiências auditivas e visuais, fazendo com que os indivíduos que possuíam outros tipos de deficiências físicas e intelectuais permanecessem sem aparato. À vista disso, esse atendimento foi caracterizado pela sua irregularidade e ineficácia, sobretudo enquanto uma iniciativa de cunho oficial para a educação inclusiva (DE SOUSA, 2019).

Os debates realizados na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais dão origem aos preceitos contidos na Declaração de Salamanca, no ano de 1994. As orientações foram elaboradas com o objetivo de trazer direcionamentos às instituições e aos governos no tocante às suas práticas, indicando que as escolas regulares precisariam começar a atender efetivamente os jovens com deficiências, lhe proporcionando um ensino de qualidade, assim como já faziam com os estudantes sem deficiências. O intuito disso tudo partiu do desejo de que as autoridades públicas comessem a se movimentar em prol das PCD, pois somente assim os governos nacionais e internacionais poderiam se articular, auxiliando na melhoria da qualidade de vida desses sujeitos ((BEZERRA; BRITO; DE MENEZES, 2017).

Foi mediante a divulgação das diretrizes presentes na Declaração de Salamanca que mais garantias foram asseguradas aos cidadãos menos abastados financeiramente, uma vez que o direito constitucional de educação para todos já existia desde a Constituição de 1988, mas nem sempre era cobrado pela população e pelas autoridades públicas. Nesse sentido, mais pessoas começam a compreender a problemática e a reivindicar seus direitos, especialmente o



de alcançar uma maior independência socioeconômica através do acesso à educação (SANTOS, 2021).

Em consequência de tantos embates sócio-históricos, surge a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB), sob nº 9.394/96, em 1996. O texto que constitui o documento apresenta regulamentos que corroboram para que a educação especial comece a ser oferecida de modo prioritário nas redes de ensino regular, que devem disponibilizar serviços de apoio aos estudantes com profissionais especializados (BRASIL, 1996). A saber:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, p. 25).

Através dessas garantias, o poder público e os profissionais da educação começam a direcionar uma preocupação maior para acolher esses alunos nas escolas regulares, pois agora as famílias e até mesmo os próprios estudantes podem reivindicar judicialmente seus direitos, conforme o que está disposto na LDB (1996) assim como o que já tinha sido previsto na Constituição, em 1988.

Não obstante, é necessário fazer uma ressalta à importância do Decreto nº 7.611, promulgado no ano de 2011. Nele, há orientações sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de conter outras deliberações a respeito do cuidado com as PCD (BRASIL, 2011).

Dessa forma, todos esses acontecimentos foram fundamentais para que a sociedade experienciasse diversos avanços valorosos na educação inclusiva. Isso traz muita esperança para que as gerações futuras compreendam o assunto com muito mais profundidade, e, com isso, possam lutar em prol de constantes melhorias e de seguridade constitucional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através de algumas buscas que foram realizadas nas plataformas digitais *Scielo* e *ResearchGate*, foram escolhidos para a nossa análise o total de onze (11) trabalhos, cujas publicações datam do ano de 2016 a 2023. Este número de estudos foi obtido, inicialmente, por meio do ano de publicação e das palavras-chave; à posteriori, foi realizada a leitura do resumo, dos objetivos (geral e específicos), da metodologia e dos resultados de cada pesquisa.

A partir desse sistema analítico, somente quatro (4) trabalhos puderam ser mantidos em nossa revisão sistemática, uma vez que estão diretamente relacionados com a temática e os objetivos da nossa pesquisa. No quadro abaixo (Quadro 1), há uma distribuição estrutural que ilustra as etapas que foram descritas:

Quadro 1 – Busca dos estudos por etapa

Estudos escolhidos inicialmente: 11	
Estudos excluídos da análise: 7	
Trabalhos inseridos na análise: 4	
<i>Scielo</i> : 2	<i>ResearchGate</i> .: 2

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

É necessário enfatizar que dentro das buscas efetuadas, encontrou-se um certo limite no tocante ao número de publicações que relacionam as palavras-chave “escola regular”, “inclusão” e “Educação Física”. Isso porque, o intuito desta análise é observar as principais barreiras que foram encontradas diante do métodos de inclusão em escolas regulares, nas aulas de Educação Física, buscando compreender quais são as principais dificuldades da equipe escolar e do professor para promover o acolhimento e o ensino efetivo às PCD.

Todos os trabalhos selecionados para a nossa análise foram organizados no Quadro 2, em ordem cronológica, mediante o ano de publicação, autor(es), título, plataforma de pesquisa, metodologia adotada, objetivo geral e resultados alcançados. A saber:

Quadro 2 – Apresentação dos critérios de inclusão dos estudos inseridos na análise.

Título, autor(es), ano de publicação e plataforma de busca	Metodologia	Objetivo geral	Resultados
---	--------------------	-----------------------	-------------------

<p>Dificuldades e Sucessos de Professores de Educação Física em Relação à Inclusão Escolar</p> <p>FIORINI; MANZINI, 2016.</p> <p><i>Scielo</i></p>	<p>Pesquisa qualitativa-descritiva, de natureza observacional, por meio do registro em filmagem de aulas de Educação Física.</p>	<p>Identificar as situações de dificuldades e as situações de sucesso de dois professores de Educação Física, em turmas regulares em que há alunos com deficiência e alunos com autismo matriculados, para subsidiar o planejamento de uma formação continuada.</p>	<p>Os professores encontravam dificuldades para incluir os alunos com deficiência e alunos com autismo, mas eles também vivenciavam situações de sucesso. As filmagens permitiram um detalhamento das necessidades dos professores e o entendimento de que a formação continuada deveria ser desenvolvida no sentido de considerar o contexto das aulas, auxiliar na minimização das dificuldades e valorizar as ações de sucesso.</p>
<p>Inclusão Na Educação Física Escolar: Estudo da tríade Acessibilidade-Conteúdos-Atitudes</p> <p>DE CARVALHO <i>et al</i>, 2017.</p> <p><i>ReserchGate</i></p>	<p>Foi desenvolvido um estudo de caso, no qual os docentes responderam ao “Instrumento de avaliação da interação entre alunos com e sem deficiência na Educação Física Escolar”, com dados analisados por categorização.</p>	<p>Analisar a percepção dos docentes de Educação Física das escolas de Franca/SP acerca da forma como têm vivenciado a inclusão durante sua prática profissional.</p>	<p>Observou-se uma trajetória ambígua com pontos facilitadores, com professores se propondo a elaborar aulas adequadas a todos, alternando-se com elementos dificultadores, como a falta de reflexão e diálogo. Há uma construção positiva com apontamentos para possíveis reorganizações da atuação docente segundo as novas propostas acadêmicas sobre a inclusão educacional e também sobre a Educação Física Escolar.</p>
<p>Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares</p> <p>GREGOU; MALAGODI; CARRARO, 2018.</p> <p><i>Scielo</i></p>	<p>Questionário de Atitudes dos Professores com relação à Inclusão</p>	<p>Analisar as atitudes dos professores de Educação Física em relação à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, bem como a influência do sexo, tempo de experiência profissional e tipo de deficiência dos alunos.</p>	<p>Os resultados mostraram que, de um modo geral, os professores são otimistas com relação à inclusão de alunos com deficiência em suas aulas, embora seja destacada a falta de apoio recebido pela escola como uma barreira importante no processo. O tempo de experiência e sexo do professor, bem como o tipo de deficiência do aluno, foram fatores de influência nas atitudes reforçando que mulheres com menor tempo de experiência, especialmente com alunos com deficiência intelectual em suas turmas, apresentam atitudes mais negativas no sentido da inclusão.</p>

<p>Alunos com Transtorno do Espectro Autista na Escola Regular: Relatos de Professores de Educação Física</p> <p>MAIA; BATAGLION; MAZO, 2020.</p> <p><i>ReserchGate</i></p>	<p>Entrevistas semiestruturadas com oito professores de Educação Física que possuem alunos com TEA. A interpretação das informações ocorreu por meio da análise temática de conteúdo.</p>	<p>Apresentar a percepção de docentes de Educação Física de Porto Alegre e Região Metropolitana, no Rio Grande do Sul, acerca da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular.</p>	<p>A partir dos relatos dos professores, identificaram-se aspectos da participação dos alunos com TEA nas aulas de Educação Física escolar: tendência em seguir rotinas, incluindo atividades, materiais e pessoas; melhor engajamento em atividades exploratórias e de manipulação de objetos no Ensino Infantil; maior participação em atividades com etapas previamente definidas no Ensino Fundamental.</p>
---	---	---	---

Fonte: Os autores (2016; 2017; 2018; 2020).

No tocante à metodologia utilizada, apenas o trabalho de Fiorini e Manizini (2016) analisa os dados coletados a partir da observação de filmagens que foram feitas durante algumas aulas de Educação Física, dando à pesquisa um caráter mais empírico, visto que os resultados são pautados nos conceitos teóricos inseridos no estudo e na constatação dos acontecimentos que foram registrados num dado momento (LIMA, 2016). Os trabalhos dos demais autores (DE CARVALHO *et al*, 2017; GREGOU; MALAGODI; CARRARO, 2018; MAIA; BATAGLION; MAZO, 2020) possuem métodos de pesquisa bastante similares, haja vista que ambos desenvolvem seus resultados a partir de entrevistas (sejam elas semiestruturadas ou não), e, com isso, apresentam a discussão acerca da problemática.

De modo unânime, os autores tinham como principal objetivo analisar como as práticas de inclusão estão inseridas no cotidiano da escolar regular, observando a percepção e os desafios que são enfrentados por docentes que lecionam a disciplina de Educação Física. Com isso, perceberam que boa parte dos professores age de maneira favorável à inclusão nas aulas de Educação Física e ainda manifestam atitudes positivas, reconhecendo os benefícios que as aulas inclusivas causam em todos os alunos, sejam eles PCD ou não (FIORINI; MANIZINI, 2016; DE CARVALHO *et al*, 2017; GREGOU; MALAGODI; CARRARO, 2018; MAIA; BATAGLION; MAZO, 2020).

Nesse sentido, não descartamos que os resultados também mostram as dificuldades enfrentadas pelos profissionais e pelos estudantes, uma vez que todos os trabalhos indicam que as escolas nem sempre possuem um ambiente com condições ideais para que as aulas sejam ministradas com os recursos e metodologias de ensino necessárias à aprendizagem das PCD. Por isso, muitos professores utilizam estratégias de ensino, fazendo o uso de recursos pedagógicos conforme as suas condições. No entanto, foi possível observar que essas



adversidades não tornam o processo de inclusão inativo, visto que os profissionais entrevistados estão sempre em busca de meios para inserir o aluno com deficiência nas aulas regulares. Tudo isso evidencia um avanço por parte desse público/alunado, que mostram progressões nas habilidades cognitivas e motoras durante as aulas de Educação Física .

Nos estudos analisados, é possível constatar que há uma percepção diversificada sobre as aulas de Educação Física, seja por parte dos docentes ou até mesmo pelos gestores e coordenadores escolares. Isso ocorre pelo fato de haver uma grande carência informacional, que suscita uma certa urgência em incorporar oportunidades de formação continuada aos pedagogos e professores, para que os mesmos tragam novas técnicas de ensino que contemplem as PCD. Tudo isso precisa ser considerado pois estes profissionais são importantes facilitadores para que o processo de inclusão ocorra efetivamente; além disso, apenas o conhecimento é capaz de trazer o discernimento necessário para que os professores e a equipe escolar saibam lidar com as especificidades de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises feitas com a revisão sistemática e partir das reflexões trazidas no referencial teórico, foi possível identificar que a inclusão de alunos que possuem alguma deficiência em escolas regulares continua sendo bastante desafiadora, ainda que do ponto de vista histórico e constitucional as Pessoas Com Deficiência (PCD) tenham angariado conquistas ao longo dos anos. Ao observarmos as discussões acadêmicas atuais sobre o assunto (considerando o período de 2016 à 2023), é possível constatar uma certa limitação de publicações que tratem diretamente a respeito da inserção de PCD em ambientes escolares; quando os trabalhos são identificados, observa-se que os profissionais da Educação Física ainda estão bastante despreparados para promover a inclusão em salas de aula regulares.

Os trabalhos analisados evidenciam que muitos professores de Educação Física que atuam em escolas regulares de modo inclusivo sentem-se bastante vulneráveis para desenvolver metodologias de ensino inclusivas, uma vez que as demandas de trabalho são gigantescas e o poder público não promove meios para que os profissionais tenham acesso amplo à formação continuada, para que assim possam atender melhor os alunos com necessidades especiais.

No tocante à escassez de trabalhos voltados para as palavras-chave pesquisadas em nossa análise, é necessário enfatizar a importância de novos debates acerca do tema, visto que, tanto o contexto acadêmico quanto o escolar precisam direcionar um olhar mais atento às dificuldades das Pessoas Com Deficiência (PCD), para que assim possam proporcionar novos



meios de auto-questionamento e reflexão aos profissionais que compõe as instituições de ensino do nosso país.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ada Augusta Celestino; BRITO, Carla Eugênia Nunes; DE MENEZES, Tiago Santana. A busca da educação inclusiva no Brasil. **Revista Eletrônica PesquisEduca**, v. 9, n. 19, p. 557-587, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, v. 5, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Brasília: Congresso Nacional, 1996.

DE CARVALHO, Camila Lopes et al. Inclusão na educação física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes. **Motrivivência**, v. 29, p. 144-161, 2017.

DE SOUSA, Ivan Vale (Ed.). **Educação inclusiva no Brasil: História, gestão e políticas**. Paco e Littera, 2019.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Dificuldades e sucessos de professores de educação física em relação à inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 49-64, 2016.

GREGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson; CARRARO, Attilio. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 33-44, 2018.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo**, p. 24-41, 2016.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**. 2018. Dissertação de Mestrado. UFSCar.

MAIA, Juliana; BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: relatos de professores de educação física. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 21, n. 1, 2020.

MIRANDA, Leonardo Santos et al. Educação Inclusiva Digital em Época de Pandemia: Um Relato de Experiência de Alunos da Zona Rural. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 2, p. 89-99, 2021.



NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação Física, formação de professores e inclusão. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e4749108726-e4749108726, 2020.

SANTOS, Cássia RG. **História da educação**. Editora Senac São Paulo, 2021.

ZANATA, Camila. **Inclusão escolar: conquistas e desafios**. Repositório UNIFABE, 2016.